



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA

Rua Cafelândia, 135 – Fone (18) 3996-1142 – CEP: 19.430-000

CNPJ: 45.725.355/0001-86 – e-mail: [licitacao@marabapaulista.sp.gov.br](mailto:licitacao@marabapaulista.sp.gov.br)

ESTADO DE SÃO PAULO

## **PROCESSO ADMINISTRATIVO 787/2024**

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 406/2024**

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2024**

### **LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MEs / EPPs**

**ÓRGÃO LICITANTE:** MUNICÍPIO DE MARABA PAULISTA-SP

**LOCAL DE REALIZAÇÃO:** SALA DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABA PAULISTA-SP.

**ENDEREÇO:** RUA CAFELANDIA Nº 135, (18)3996-1142.

**Data da sessão:** 28/11/2024

**Horário:** 08:30

**Local:** Portal de Compras Públicas – [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

**Critério de Julgamento:** MENOR PREÇO POR ITEM.

**Modo de disputa:** ABERTO

**Impugnações e Esclarecimentos até às 25/11/2024 horas do dia 23:59.**

**DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL:** PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP), DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO, SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL.

### **PREÂMBULO:**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABA PAULISTA-SP**, inscrita no CNPJ nº 45.725.355/0001-86, estabelecida na Rua Cafelandia, nº 142, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu, Prefeito Municipal, Sr Aparecido Nascimento Sobral, Sr. APARECIDO NASCIMENTO SOBRAL, portador do RG. n.º 11.943.061-7 e CPF n.º 047.993.038-48 residente e domiciliado no Sítio Sobral, lote 04, Assentamento Santo Antônio, cidade de Marabá Paulista-SP, e por meio das Secretárias desta municipalidade de infra-assinado neste Edital, torna público, o Edital de PREGÃO ELETRÔNICO de licitação, 010-2024

O Processo Licitatório será regido pela Lei Federal nº 14.333/21, observando ainda, as Leis, e os Decretos Municipais 003/24, 004/24, 006/24, Regulamentos, Resoluções, Portarias, normas federais, estaduais e municipais. Este procedimento autorizado por meio do Processo Licitatório nº 003/24, Pregão Eletrônico nº 001/24.

### **1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA

Rua Cafelândia, 135 – Fone (18) 3996-1142 – CEP: 19.430-000

CNPJ: 45.725.355/0001-86 – e-mail: [licitacao@marabapaulista.sp.gov.br](mailto:licitacao@marabapaulista.sp.gov.br)

ESTADO DE SÃO PAULO

## **2 - DO OBJETO**

2.1 O presente pregão tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais odontológicos para secretaria de saúde desta municipalidade, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

## **3 - FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS**

3.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública exclusivamente por meio eletrônico, no endereço [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

3.1.1 As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº(18)3996-1284 ou através do e-mail: [licitacao@marabapaulista.sp.gov.br](mailto:licitacao@marabapaulista.sp.gov.br).

3.2 Nos termos do Art. 164 da Lei 14.133/21, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

3.2.1 As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro e protocolizadas em dias úteis, no endereço eletrônico: <https://marabapaulista.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp>, Setor de Protocolo.

3.2.2 Caso a licitante estiver impossibilitada de efetuar pessoalmente o protocolo no Setor Oficial de Protocolos da Prefeitura poderá encaminhar via Correios, endereçado ao Setor de Licitações da Prefeitura, que ao receber encaminhará ao setor de Protocolo para as providências, com carta de aviso de recebimento, afim de comprovar o envio da sua manifestação.

3.2.3 As impugnações também serão aceitas e recebidas quando enviadas através do sistema informatizado, com acesso ao link: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), em dias úteis, das 08:00 às 17:00, devendo ser juntados todos os documentos que fundamentam tais impugnações.

3.2.4 A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada nos termos da legislação), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

3.2.5 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

3.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis requisitantes e pela elaboração deste Edital e seus anexos, sendo que a resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame se, da impugnação, gerar alterações que impliquem em comprometimento de formulação das propostas.

3.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.5.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

3.6 Se das consultas ou impugnações resultar a necessidade de modificar o edital, a alteração será divulgada pela mesma forma em que se deu o texto original do instrumento convocatório.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA

Rua Cafelândia, 135 – Fone (18) 3996-1142 – CEP: 19.430-000

CNPJ: 45.725.355/0001-86 – e-mail: [licitacao@marabapaulista.sp.gov.br](mailto:licitacao@marabapaulista.sp.gov.br)

ESTADO DE SÃO PAULO

**3.7 Em caso de divergência existente entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados na página eletrônica [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e as especificações constantes no Termo de Referência, PARA EFEITO DE PROPOSTA, ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO prevalecerão às últimas.**

**3.8 Dúvidas em relação ao acesso e operanacionalização no sistema Portal de Compras Públicas, poderá ser esclarecida pelo telefone: (48) 3771-4672, por chat na página inicial do site, clicando no botão atendimento Online.**

## **4 – DA COTA RESERVADA**

4.1 Nos termos dos artigos 47 e 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006, os **itens 152 A 275** serão reservados para participação exclusiva de microempresas ou empresas de pequeno porte.

## **5 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

5.1 Poderão participar deste Pregão Eletrônico empresas brasileiras ou empresas estrangeiras em funcionamento no Brasil pertencentes ao ramo do objeto licitado, que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, constante do item 11, e que desempenhem atividade compatível com o objeto desta Licitação.

**5.1.1 Para efeitos de participação das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte nesta licitação, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, são considerados:**

a) Microempresa – O empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

b) Empresa de Pequeno Porte – O empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano- calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

**5.1.2 Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas licitações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006 a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, as empresas que não atendam o disposto no art. 3º, § 4º desta lei.**

5.2 . Os benefícios previstos para micro e pequenas empresas não são aplicadas:

I – no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II – no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.3 A obtenção de benefícios a que se refere o item 5.1.1 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

5.4 Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º do artigo 4º da Lei 14.133/21.

5.5 O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

5.6 Os licitantes deverão responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município a

responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

5.7 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

**5.8 Pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:**

I - Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III – Será admitido, para efeito de habilitação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV – Fica impedida a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de formaisolada;

V - Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

5.8.1 O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 5.6, inciso I.

5.8.2 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

**5.9 Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:**

I - A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

**5.10 Não poderão participar deste Pregão ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:**

5.11.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

5.11.1.1. O impedimento de que trata o item 5.6.1 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



5.11.2. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.11.3. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.11.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

## **6 - CREDENCIAMENTOS NO APLICATIVO LICITAÇÕES**

6.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear operador devidamente credenciado, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: [WWW.PORTALDECOMPRASPUBLICAS.COM.BR](http://WWW.PORTALDECOMPRASPUBLICAS.COM.BR).

6.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;

6.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento da documentação de habilitação, proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa;

6.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Município;

6.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

6.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico;

6.7. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através de uma empresa associada ou pelos telefones: (48) 3771-4672 ou, pelo site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

## **7 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

7.1 - Os licitantes vencedores encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema (enviar anexo)**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de recebimento de propostas.

7.2 – Conforme previsão do artigo 63, inciso II da Lei 14.133/21, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor.

7.2.1 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.3 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA**

Rua Cafelândia, 135 – Fone (18) 3996-1142 – CEP: 19.430-000

CNPJ: 45.725.355/0001-86 – e-mail: [licitacao@marabapaulista.sp.gov.br](mailto:licitacao@marabapaulista.sp.gov.br)

Trabalho e Respeito  
Adm. 2021/2024

ESTADO DE SÃO PAULO

7.3.1 – Após a abertura da sessão pública, a proposta apresentada será irretratável e irrenunciável e não poderá ser alterada, seja com relação a prazo e especificações, seja com relação a qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, bem como, não serão admitidos quaisquer acréscimos, supressões, retificações ou desistência de propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro para revelação de erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas;

7.3.2 - Cada licitante poderá apresentar apenas uma proposta de preço.

7.3.3 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.3.4 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.3.5 – Caso esteja enquadrada como entidade preferencial, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006 para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

7.3.6 A declaração falsa relativa ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e na legislação em vigor.

7.4 – A sessão poderá ser suspensa pelo pregoeiro a qualquer momento para análise e conformidade das propostas e de documentação.

a) Após a suspensão da sessão pública, o Pregoeiro enviará, via chat, mensagem às licitantes informando a data e o horário previstos para o início da oferta de lances.

7.5 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## **8 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

8.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1 - Valor unitário e total do item;

8.1.2 – Marca/modelo (caso houver);

8.1.3 – Fabricante (caso houver);

8.1.4 - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

8.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA

Rua Cafelândia, 135 – Fone (18) 3996-1142 – CEP: 19.430-000

CNPJ: 45.725.355/0001-86 – e-mail: [licitacao@marabapaulista.sp.gov.br](mailto:licitacao@marabapaulista.sp.gov.br)

ESTADO DE SÃO PAULO

8.6 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

## **9 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

9.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

### **9.4.1. O LANCE DEVERÁ SER OFERTADO PELO MENOR VALOR POR ITEM.**

9.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.7. Fica previsto o intervalo mínimo de diferença de valor de **R\$ 0,01** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.8. Será adotado para o envio de lances no presente Pregão Eletrônico o **MODO DE DISPUTA "ABERTO"**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado neste edital e no Decreto Municipal nº 006/24.

9.8.1 Neste modo de disputa, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.8.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item anterior será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.8.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida neste edital, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.9. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o (a) Pregoeiro (a) poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

9.10. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA

Rua Cafelândia, 135 – Fone (18) 3996-1142 – CEP: 19.430-000

CNPJ: 45.725.355/0001-86 – e-mail: [licitacao@marabapaulista.sp.gov.br](mailto:licitacao@marabapaulista.sp.gov.br)

ESTADO DE SÃO PAULO

9.10.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

9.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.14. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica diretamente no Portal Eletrônico, através do endereço [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), divulgando data e hora da reabertura da sessão.

9.15. O Critério de julgamento adotado será o menor preço/menor desconto, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.17. Após o encerramento da etapa de lances, e não tendo sido a menor proposta ou lance apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte, caso se verifique a ocorrência de empate, será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme Lei Complementar nº 123/06;

9.17.1. Entende-se por empate, nos termos da LC 123/06, aquelas situações em que as propostas ou lances apresentados pelas ME e EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta ou lance melhor classificado durante a etapa de lances;

**9.17.1.1 - Na ocorrência do empate citado no item 9.17.1, proceder-se-á da seguinte forma:**

a) A ME ou EPP melhor classificada no intervalo percentual de até 5% (cinco por cento), definido nos termos deste subitem, será convocada automaticamente pelo sistema eletrônico para, desejando, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

b) É de responsabilidade da licitante a sua conexão com o sistema eletrônico durante o prazo acima referido para o exercício do direito sob comento.

c) Apresentada a proposta nas condições acima referidas, será analisada sua documentação de habilitação;

d) Não sendo declarada vencedora a ME ou EPP, na forma da alínea anterior, serão convocadas automaticamente pelo sistema eletrônico as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 9.17.1, na ordem classificatória, com vistas ao exercício do mesmo direito;

**9.17.3 Dos critérios gerais para desempate entre propostas:**

9.17.3.1 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate, previsto no caput e nos incisos do art. 60 da Lei Federal nº 14.133/21.

**9.17.4** Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados de acordo com a regra prevista no §1º e seus incisos do art. 60 da Lei Federal nº 14.133/21.

**9.17.5** - As regras previstas no item 9.17.4 não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.18. Após o encerramento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema



eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital;

9.19. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.20. É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se o proponente às sanções previstas nas leis e decretos de regência.

### **9.21- DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

9.22.0. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.22.1. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) - contiverem vícios insanáveis;
- b) - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

9.22.1.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.22.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.22.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24(vinte e quatro horas de antecedência), e a ocorrência será registrada em ata;

9.22.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.22.4.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.22.4.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.22.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.22.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data

e horário para a sua continuidade.

9.22.6.1. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.22.6.2. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.22.6.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.22.7. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **10 – DA FASE DE LANCES**

10.1 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

10.1.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

10.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

## **11 - HABILITAÇÃO**

11.1 - Para se habilitarem nesta licitação, os interessados deverão anexar junto a plataforma a documentação abaixo, em original ou cópia com assinatura digital ou autenticada por cartório competente, contados a partir da data da recepção do arquivo. No caso de cópia autenticada, toda documentação deverá estarem perfeitamente legíveis.

11.1.1 - Se a licitante desatender as exigências de habilitação, a mesma será inabilitada e o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

11.1.2 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.2 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a sua participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União  
(<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>)

11.2.1 - A consulta aos Cadastros acima será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n. 8.429/1992 que prevê, dentre as sanções

impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.2.2 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

11.3. - Será considerado habilitado o licitante que apresentar os documentos relacionados nos subitens 11.6 a 11.10.

11.3.1. - O licitante que participar do certame declarando que cumpre os requisitos de habilitação e não cumpri-los, será inabilitado e estará sujeito às penalidades previstas no subitem 16.2 do edital.

11.4. - Constituem motivos para inabilitação do licitante:

11.4.1 - a apresentação de documentos com prazo de validade vencido;

11.4.2 - a substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

11.4.3 - o não cumprimento dos requisitos de habilitação.

11.5 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**11.5.1** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**11.5.2** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**11.5.3** Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

## **11.6 Habilitações Jurídicas**

a) A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

## **11.7 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**

**a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J.);

**b)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**c)** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante, através de documento legal para tal feito, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria prova de regularidade ou, na hipótese do documento não mencionar prazo de validade, serão válidas as que tenham sido expedidas há no máximo 90 (noventa) dias.

**d)** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do CRS - Certidão de Regularidade de Situação;

**e)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de prova de regularidade.

**f)** Declaração de não empregar menor, salvo em condição de aprendiz (em conjunto com declaração unificada Anexo III).

**11.7.1** - Os documentos referidos no item 11.7 poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

## **11.8 - Qualificação Técnica**

**11.8.1** - Pelo menos 01 (um) Atestado de capacidade técnica, expedido por órgão público federal, estadual ou municipal, ou por empresas públicas ou privadas, em nome da empresa licitante, comprovando que a mesma já executou, de forma satisfatória.

**11.8.2** - O Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação poderão, em qualquer caso, realizar diligência para confirmar tais informações.

**11.8.3** - Autorização de Funcionamento (AFE), emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, compatível com o objeto licitado.

## **11.9 - Qualificação Econômico-Financeira**

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida, no máximo, 90 (noventa) dias antes da data fixada para abertura dos envelopes “Documentação”.

a.1) Poderá ser apresentada Certidão Positiva de Recuperação Judicial, hipótese em que necessário se faz a interessada demonstre seu Plano de Recuperação, já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive, pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico-financeiras estabelecidos no edital (VIDE SÚMULA 50 do TCE/SP e JURISPRUDÊNCIA TCE-SP: TC-7077.989.15.0 e 7079.989.15-8. SESSÃO DE 11/11/2015, TC-003987/989/15-9 e TC-004033/989/15-310, SESSÃO DE 30/09/2015);

## **11.10 - DECLARAÇÕES**

### **11.10.1** Declaração Unificada conforme modelo. (ANEXO III).

11.11 Os licitantes enquadrados na categoria de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverão apresentar toda a documentação requerida, mesmo que apresente qualquer restrição quanto à sua regularidade fiscal (alíneas c1, c2 e c3, d, e do item 11.9), a fim de que possa ser aplicado o disposto do art. 43 da Lei Complementar 123/2006 e demais alterações.

11.12 Havendo restrição na regularidade fiscal (alíneas c1, c2 e c3, d, e do item 11.9) da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme o art. 43, §1º da Lei Complementar 123/06 e suas alterações posteriores;

11.13 - A não regularização da documentação, no prazo fixado acima, implicará decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata ou revogar a licitação.

**11.14 - Para comprovarem que se enquadram na condição de ME/EPP e ter tratamento diferenciado**, as empresas deverão apresentar juntamente com os documentos de habilitação, os documentos abaixo:

**11.14.1 – Declaração demonstrando estar apta a receber tratamento diferenciado e**





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA

Rua Cafelândia, 135 – Fone (18) 3996-1142 – CEP: 19.430-000

CNPJ: 45.725.355/0001-86 – e-mail: [licitacao@marabapaulista.sp.gov.br](mailto:licitacao@marabapaulista.sp.gov.br)

ESTADO DE SÃO PAULO

**afirmando estar na condição de ME/EPP**, conforme modelo constante no anexo V deste edital;

**11.14.2 - Certidão simplificada da Junta Comercial, emitida há menos de 12 meses** da data prevista para abertura das propostas, na qual deverá comprovada esta condição.

**11.14.3 - A declaração falsa relativa ao enquadramento na condição de ME ou EPP para fins de fruição dos benefícios da Lei Complementar nº. 123/2006** sujeitará o licitante, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como caracteriza o crime previsto no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

## **12 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

12.1. Encerrada a fase de lances, a proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo máximo de 02 (duas) horas contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, através do sistema em que ocorreu a disputa, e deverá:

12.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada e digitalizada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

12.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

12.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

12.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros, no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12.7 A Prefeitura Municipal poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá ser modificada.

## **12.8 - DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO**

12.8.1 – Será convocado a apresentar a documentação de habilitação apenas o licitante vencedor, no prazo de duas horas.

12.8.1.1 - Caso o licitante não apresente os documentos de habilitação no prazo citado no item anterior, será considerado inabilitado.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA

Rua Cafelândia, 135 – Fone (18) 3996-1142 – CEP: 19.430-000

CNPJ: 45.725.355/0001-86 – e-mail: [licitacao@marabapaulista.sp.gov.br](mailto:licitacao@marabapaulista.sp.gov.br)

ESTADO DE SÃO PAULO

12.8.1.2 – Concomitante à análise dos documentos enviados na plataforma [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), para analisar a documentação da empresa melhor colocada, sendo esta documentação acessível aos demais participantes.

12.8.2 – A convocação ocorrerá exclusivamente pelo sistema, devendo a licitante encaminhar, de forma digital, todos os documentos elencados no item 11 deste edital.

12.8.2 - Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro o declarará vencedor.

12.8.3 - Ocorrendo a inabilitação, o pregoeiro convocará o autor do segundo menor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

## 13. - DA MANIFESTAÇÃO DOS RECURSOS DO PROCESSO

13.1. Ao final da sessão, na fase de habilitação, o pregoeiro verificará a conformidade dos documentos e proposta adequada e, caso toda documentação e proposta estejam conforme o edital, o pregoeiro comunicará através de mensagem no sistema PORTALDECOMPRASPUBLICAS que irá adiantar a fase do processo no sistema, de **habilitação** para **em adjudicação**, sendo facultada a qualquer licitante a possibilidade de manifestação de intenção de recorrer de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema, da PLATAFORMA, no prazo de **01 (uma) hora**.

13.1.1 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.1.2 - A falta de manifestação motivada do licitante, quanto à intenção de recorrer, no prazo estabelecido no item

13.1 e a não apresentação das razões do recurso no prazo legal, importarão na decadência desse direito, autorizando o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora, encaminhando o processo para homologação pela autoridade superior.

13.1.3 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.1.4 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.1.5 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Departamento de Licitações, da Prefeitura Municipal de Marabá Paulista, sito à Rua Cafelandia nº 144, Centro, Cep 19.430-000, ou por meio de protocolo eletrônico.

13.1.6 - Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente. Os documentos comprobatórios do representante legal (que comprovam os poderes legais) deverão ser enviados juntamente com o recurso.

## 14. DO CONTRATO OU REGISTRO DE PREÇOS(SRP)

14.1 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento e determinará a convocação dos vencedores para a



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA

Rua Cafelândia, 135 – Fone (18) 3996-1142 – CEP: 19.430-000

CNPJ: 45.725.355/0001-86 – e-mail: [licitacao@marabapaulista.sp.gov.br](mailto:licitacao@marabapaulista.sp.gov.br)

ESTADO DE SÃO PAULO

assinatura da Ata de Registro de preços ou contrato.

14.2 – O registro de preços ou contrato será formalizado, com observância dos artigos 89 a 95 da Lei 14.133/21, e será subscrito pela autoridade competente.

14.3 - A licitante vencedora assinará a ata de registro de preços, após receber do Órgão a ordem inicial de serviço necessária ao cumprimento do objeto desta licitação. Ainda, a Secretaria de indicará servidores para atuarem como gestor e fiscais do contrato, conforme Portaria vigente. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- a) elaboração de minuta do edital;
- b) realização de certificação de disponibilidade orçamentária;
- c) designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso);
- d) elaboração de minuta do contrato;
- e) encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- g) publicação e divulgação do edital e anexos;
- h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- i) realização do certame, com suas respectivas etapas;
- j) realização de empenho; e
- l) assinatura e publicação do contrato ou ata.

14.4 – A vigência do registro de preços será de 12 (doze) meses, a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogada por igual período nos termos da lei 14.133/21.

14.5 – No caso de prorrogação da ata de registro de preços, após 12 meses, o preço poderá ser reajustado, mediante requisição, pelo menor índice entre IPCA-E IBGE e IGPM ou outro índice oficial que os substituam

## **15. ENTREGA DOS PRODUTOS:**

15.1 O ato de recebimento do item licitado, não importa em sua aceitação. A critério do responsável, o produto será submetido à verificação por servidor competente. Cabe ao fornecedor a troca, dentro de 24 horas, dos itens, que vierem a ser recusados por não se enquadrarem nas especificações estipuladas ou apresentar defeitos de fabricação, prazo de validade vencido ou dano em geral, identificado no ato da entrega ou no período de verificação.

15.2 A licitante deverá comprovar prévia experiência compatível, por meio de atestado de capacidade técnica, conforme previsão do artigo 67 da Lei 14.133/21.

15.3 A entrega do objeto licitado, será procedida de forma parcelada, conforme as necessidades das Secretarias de Saúde de Marabá Paulista, em atendimento às requisições expedidas e assinadas pelo responsável.

15.4 Os produtos devem ser entregues no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, e a entrega será fracionada em no máximo 20 vezes

15.5 Os produtos devem ser entregues na Farmácia Central, localizada na Rua José Teodoro, nº 88, na cidade de Marabá Paulista-SP, no horário das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:30 horas, de segunda a sexta-feira.

15.6 Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o

nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) emitido pela Secretaria de Segurança Pública, do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.

15.7 O transporte utilizado para a entrega dos produtos deve obedecer aos critérios adequados para não afetar a identidade, qualidade e integridade dos mesmos, conforme a Legislação Sanitária vigente.

15.8 O almoxarifado deixará de receber os produtos caso apresentem irregularidades, especificações incorretas ou contrariem os padrões determinados pela legislação vigente.

15.9 No ato do recebimento, as seguintes condições serão verificadas e utilizadas para avaliar o fornecedor:

- Atraso na entrega de acordo com o prazo estabelecido.
- Integridade da embalagem.
- Quantidade entregue conforme especificado. Descrição do lote na nota fiscal.
- Certificado de análise dos lotes.
- Condições de transporte e entrega adequadas.
- Conformidade com as especificações do edital.
- Prazo de validade conforme especificações.

## **16. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

16.1 - A contratada no final de cada 30 DIAS – período de conferencia/medição - emitirá a Nota Fiscal/Fatura correspondente ao consumo este período, anexando à nota fiscal os cupons fiscais de cada abastecimento, demonstrando o recolhimento do irff em cada nota fiscal.

16.2 - O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período de prestação dos serviços; o valor a pagar – de acordo com as requisições expedidas.

16.2.1 - Eventuais destaques do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.3 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.4 - O pagamento será mensal e será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços e sua liberação estará condicionada, ainda, a entrega da nota fiscal de prestação de serviços prestados junto ao departamento de adm e finanças e relatório do mês anterior.

16.5 - A empresa deverá possuir conta corrente no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal (dependendo do banco onde se encontram os recursos financeiros vinculados a despesa orçamentária) atrelada ao seu CNPJ, conforme comprovação apresentada mediante declaração emitida e assinada pelo banco.

16.5.1 - Em caso de a conta corrente ser de outro banco, o fornecedor arcará com o pagamento das despesas de tarifas bancárias das transações que ocorrerem.

16.5.2 - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

16.6 - Em caso de atraso no pagamento por parte da Prefeitura de Marabá Paulista-sp, o valor do montante será atualizado financeiramente, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao



Consumidor – INPC (IBGE), desde a data do seu vencimento até o dia do efetivo pagamento, bem como incidirá multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura e juros de mora de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) ao dia de atraso e serão pagas por meio de crédito em conta corrente, conforme as regras contidas no item anterior, mediante Ordem Financeira e apresentação de nota de débito ou fatura.

## **17 RECUSA DA CONTRATAÇÃO**

17.1 - Consideram-se motivos justificados para recusa da contratação:

- a) a alteração social, a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique as contratações decorrentes do registro;
- b) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do objeto da licitação.
- c) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, salvo se decorrente de procedimento fraudulento, devidamente comprovado;
- d) a dissolução da sociedade ou o falecimento do fornecedor;

17.2 – A Prefeitura, diante da recusa, apurará as razões do interessado no próprio processo que deu origem à contratação, de que poderá resultar a liberação do compromisso por ele assumido, ou a rejeição da recusa e consequente aplicação das penalidades cabíveis, previstas neste edital, sem embargo de lhe ser franqueado o contraditório e a ampla defesa.

17.3 - Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de força maior que tenha o condão de motivar o atraso na entrega do objeto no prazo previsto neste Edital, deve(m), o(s) adjudicatário(s) submeter(em) os fatos, por escrito a Prefeitura, com as justificativas correspondentes, acompanhadas da comprovação devida, para análise e decisão, desde que dentro do prazo estabelecido para a entrega do material.

## **18. DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS OU ATAS.**

18.1 - Constituirão motivos para extinção do contrato, os quais deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA

Rua Cafelândia, 135 – Fone (18) 3996-1142 – CEP: 19.430-000

CNPJ: 45.725.355/0001-86 – e-mail: [licitacao@marabapaulista.sp.gov.br](mailto:licitacao@marabapaulista.sp.gov.br)

ESTADO DE SÃO PAULO

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

18.2 - O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/21;

II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

18.2.1 - As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item 18.2 observarão as seguintes disposições:

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/21.

18.3 - Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei 14.133/21, quando for o caso, serão notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

18.4 - A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

18.4.1 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

18.4.2 - Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção; III - pagamento do custo da desmobilização.

18.5 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

18.5.1 A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do item 3.6.5 ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

18.5.2 Na hipótese do inciso II do item 18.5, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente, conforme o caso.

## **18.6 - DO REAJUSTE, REEQUILÍBRIO E REPACTUAÇÃO**

18.7 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos, resguardadas as hipóteses de atualização periódica, conforme art 82 IV da lei 14.133/21.

## **19. DO RECEBIMENTO DO CONTRATO**

19.1 - O objeto do contrato será recebido:

I - em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente no ato de assinatura do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

II - em se tratando de compras:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

19.2 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

19.3 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA

Rua Cafelândia, 135 – Fone (18) 3996-1142 – CEP: 19.430-000

CNPJ: 45.725.355/0001-86 – e-mail: [licitacao@marabapaulista.sp.gov.br](mailto:licitacao@marabapaulista.sp.gov.br)

ESTADO DE SÃO PAULO

segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

## **21 – DO GESTOR E DA FISCALIZAÇÃO**

**21.1** - Será designado servidor investido na função de fiscal da ata.

**21.2** - Será designada para a fiscalização da execução da entrega dos serviços, objeto deste contrato, servidores nomeados por Portaria específica, ao qual compete o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato.

**21.3** - Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços por meio de fiscais formalmente designados, podendo para isso:

**21.3.1** - Ordenar ao preposto da Contratada a substituição, no prazo de um dia, do empregado da contratada que embaraçar ou dificultar a fiscalização;

**21.4** Quando a permanência do empregado na atividade for considerada inconveniente, danosa, ou, ainda, capaz de apresentar riscos aos alunos, a substituição deverá ocorrer imediatamente após a notificação do Município;

**21.5** Comunicar, por escrito, o (a)fiscal, sobre falhas ou irregularidades constatadas no fornecimento/prestação do serviço objeto deste Contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, bem como sobre a aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e à ampla defesa;

**21.6** A fiscalização também poderá ocorrer de forma concomitante com os fiscais do referido contrato, nomeado pelo secretário da pasta para atender entre outras obrigações:

**21.6.1** Verificar a conformidade da execução dos serviços prestados;

**21.6.2** Examinar a documentação da contratada relativa ao pessoal empregado para a execução dos serviços, podendo exigir a apresentação dos comprovantes de atendimento as obrigações trabalhistas e previdenciárias correspondentes;

**21.7** A comunicação entre a fiscalização e a contratada será sempre por escrito.

**21.7.1** Quando, por necessidade ou conveniência de serviço, houver entendimentos verbais, estes deverão ser reduzidos a termo, dentro de 05 (cinco) dias;

**21.8** O não cumprimento das solicitações de documentação ou informações por parte da contratada poderá ensejar sanções.

**21.9** Para assinatura do contrato serão exigidos os documentos relacionados na minuta do edital.

**21.10** A ação da fiscalização não exonera a licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

**21.11** - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora docertame, pelos danos causados a Administração ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

**21.12** - A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Administração, não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da Administração ou do servidor designado para a fiscalização.



## **22. DAS PENALIDADES E MULTAS**

22.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1 - dar causa à inexecução parcial do contrato;

22.1.2 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

22.1.3 - dar causa à inexecução total do contrato;

22.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

22.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

22.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

22.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

22.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

22.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

22.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

22.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

22.1.12 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.2 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções: advertência; multa; impedimento de licitar e contratar; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.4 - Na aplicação das sanções serão considerados:

22.4.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

22.4.2 as peculiaridades do caso concreto;

22.4.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

22.4.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

22.4.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.4.6 A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

22.4.7 A sanção prevista da multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

22.4.8 A sanção de impedimento de licitar e contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações

administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

22.4.9 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

22.4.10 As sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

22.4.11 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

22.4.12 A aplicação das sanções advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

## **23. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS**

23.1 Nos termos do Art. 164, da Lei 14.133/21, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

23.1.1 As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao Pregoeiro e protocolizadas em dias úteis, das 08:00 às 16:00, na Rua cafelandia nº 144, centro, Marabá Paulista-sp, Setor de Protocolo.

23.1.2 Caso a licitante estiver impossibilitada de efetuar pessoalmente o protocolo no Setor Oficial de Protocolos da Prefeitura poderá encaminhar via Correios, endereçado ao Setor de Licitações da Prefeitura, que ao receber encaminhará ao setor de Protocolo para as providências, com carta de aviso de recebimento, afim de comprovar o envio da sua manifestação.

23.1.3 As impugnações também serão aceitas e recebidas quando enviadas através do sistema informatizado 1Doc, com acesso ao link: <https://marabapaulista.1doc.com.br/atendimento> , em dias úteis, das 08:00 às 17:00, devendo ser juntados todos os documentos que fundamentam tais impugnações.

23.1.4 A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

23.1.5 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

23.1.6 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis requisitantes e pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da

data de recebimento da impugnação.

23.1.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.1.8 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.1.9 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.1.10 Se das consultas ou impugnações resultar a necessidade de modificar o edital, a alteração será divulgada pela mesma forma em que se deu o texto original do instrumento convocatório.

23.2 A entrega das propostas sem que tenha sido tempestivamente impugnado o edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

23.3 Qualquer licitante poderá recorrer dos atos praticado pelo Pregoeiro, cuja intenção deverá ser manifestada no final da sessão pública, sob pena de decadência do direito de recorrer.

23.4 A síntese das razões recursais deverá ser registrada na ata da sessão, cabendo ao Pregoeiro conceder o prazo de três dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais, desde logo, intimados a apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

23.5 O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

23.6 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

23.7 Se não reconsiderar a sua decisão o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva e homologação do procedimento.

23.8 Os memoriais dos recursos e contrarrazões deverão ser endereçados ao Pregoeiro e protocolados no Setor Oficial de Protocolos desta Prefeitura, ou pelo próprio aplicativo de pregão eletrônico quando assim prever.

23.8.1 Caso a licitante estiver impossibilitada de efetuar pessoalmente o protocolo no Setor Oficial de Protocolos da Prefeitura poderá encaminhar via Correios, endereçado ao Setor de Licitações da Prefeitura, que ao receber encaminhará ao setor de Protocolo para as providências, com carta de aviso de recebimento, a fim de comprovar o envio da sua manifestação.

23.8.2 Os memoriais dos recursos e contrarrazões também serão aceitos e recebidos quando enviados através do sistema informatizado, com acesso ao PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, devendo ser juntados todos os documentos que fundamentam tais recursos.

23.9 Os autos permanecerão desde logo com vistas franqueada aos interessados no mesmo local indicado no item anterior.

## **24. -DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO.**

a) Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Marabá Paulista-sp o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

b) A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

c) Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

d) A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA

Rua Cafelândia, 135 – Fone (18) 3996-1142 – CEP: 19.430-000

CNPJ: 45.725.355/0001-86 – e-mail: [licitacao@marabapaulista.sp.gov.br](mailto:licitacao@marabapaulista.sp.gov.br)

ESTADO DE SÃO PAULO

- e) A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- f) Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.
- g) - A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- h) - A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal.

## **25-DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- i) - Considerando que a execução da despesa relacionada ao referido pleito será integralmente no exercício de 2024:
- Fichas orçamentárias 412, 273, 275, 423, e 274;
  - Recursos estaduais e federais e próprios.

## **26- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- j) Quaisquer esclarecimentos adicionais e itens deste Edital porventura duvidosos, poderão ser obtidos pelo fone (18)3996-1142, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada à reunião, destinada ao recebimento dos envelopes “Documentos de Habilitação” e “Proposta Financeira”.
- k) Não o fazendo neste prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a continuidade dos procedimentos e a apreciação das propostas, não cabendo aos licitantes direito a qualquer reclamação posterior.
- l) O Pregoeiro poderá convocar servidores qualificados do Órgão, para oferecer suporte técnico e/ou jurídico às decisões da Comissão independente da equipe de apoio;
- m) As modificações ocorridas neste Edital, obedecerão ao disposto no § 1º, do Art. 55 da Lei nº 14.133/21.
- n) - Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que o Pregoeiro porventura julgar necessário.
- o) - A participação nesta licitação implica na aceitação integral e irretratável das normas deste Edital e seu Termo de Referência, no Anexo I, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem.
- p) - É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em especial quanto à veracidade das declarações feitas ou apresentadas em razão do cumprimento das exigências deste Edital e seu Termo de Referência, no Anexo I.
- q) - Os documentos da habilitação dos que forem excluídos do certame, ficarão em poder da Prefeitura.
- r) - À autoridade competente reserva-se o direito de revogar, anular, suspender ou adiar a presente licitação, por razões de interesse público ou por decorrência de fato superveniente comprovado, e anular no todo ou em parte, resguardando-se o direito de defesa no prazo de dois dias úteis, consoante prevê o art. 165 da Lei nº 14.133/21, bem como, transferir a data de abertura, sem que isso caiba à licitante, direito a indenização, seja a que título for.
- s) - A Prefeitura poderá anular o certame, por vício de legalidade, ou revogá-lo, por motivo de





## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA

Rua Cafelândia, 135 – Fone (18) 3996-1142 – CEP: 19.430-000

CNPJ: 45.725.355/0001-86 – e-mail: [licitacao@marabapaulista.sp.gov.br](mailto:licitacao@marabapaulista.sp.gov.br)

ESTADO DE SÃO PAULO

---

conveniência e oportunidade em razão de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

t) - Na convocação dos remanescentes, será observada a classificação final da sessão originária do pregão e o disposto nos itens 12.11 e 12.12, devendo o(s) convocado(s) apresentar (em) os documentos de habilitação cuja validade tenha-se expirado no prazo transcorrido da data da primeira reunião.

u) - Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, com fundamento nas disposições da legislação em vigor.

v) – Os atos relativos às repostas de impugnações e recursos, e resultado da licitação serão publicados no Diário Oficial do Município e no endereço eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

Fica eleito o foro da Comarca de PRESIDENTE VENCESLAU-SP , para dirimir quaisquer dúvidas oriundas desta Licitação.

13 de novembro de 2024.

Aparecido Nascimento sobral  
Prefeito municipal

**ANEXO – I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**TERMO DE REFERÊNCIA REGISTRO DE PREÇO**

OBS: A solicitação de marcas específicas para os seguintes itens se dá em razão do cumprimento de uma determinação judicial deferida no processo de "obrigação de fazer". O tribunal determina a aquisição de medicamentos exclusivos conforme as liminares, que explicitamente mencionam a necessidade de produtos de marca, em vez de similares.

**I - Introdução**

Este Termo de Referência tem por objetivo estabelecer as diretrizes e condições para a contratação de fornecedores de produtos médicos conforme especificado neste documento. O processo licitatório seguirá as normas estabelecidas pela legislação vigente e será conduzido pela Secretária Municipal de Saúde.

**II - Objeto da Licitação**

**O objeto desta licitação compreende o Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos hospitalares, odontológicos as quantidades as ordens e a descrição resumida se encontra no ANEXO VI DESTA EDITAL.**

Especificação	Quantidade
Abridor de boca infantil tamanho 30x 25x18mm poliacetal e pigmento ,para realização de procedimentos que necessitam de abertura de boca prolongada	04 unidades
Abridor de boca adulto 40x30x20mmpoliacetal e pigmento para realização de procedimentos que necessitam de abertura de boca prolongada	04 unidades
Ácido Fosfórico a 37% em gel contendo em seringa descartável na cor azul com 2,5 ml	30 kits contendo 03 seringas cada
Agente Single bond universal alto condicionante fotopolimerizável.	20 frascos contendo 4 ml cada
Água oxigenada 10 volumes	15 frascos contendo 1litro
Algodão em roletes 100% higiênico super absorvente.	200 pacotes contendo 100 unidades
Amálgama em Cápsula 01 porção Regular contendo 50 unidades	3 caixas
Amálgama em Cápsula 02 porções Regular contendo 50 unidades	3 caixas
Anestésico injetável á base de cloridrato de prilocaína 3% com octapressin	80 caixas contendo 50 tubetes com 1,8ml cada
Anestésico injetável Mepivacaína HCl com epinefrina 2% com tubete de vidro	20 caixas contendo 50 tubetes com 1,8ml cada
Anestésico injetável lidocaína 2% sem vaso	04 caixas contendo 50 tubetes de 1,8ml cada
Anestésico tópico gel Benzocaína 200mg/g Sabor TUTTI-FRUTTI	20 frascos contendo 12 g Cada
Agulha gengival longa 30x0,40mm 27g Ângulo de bisel 10º	04 cxs com 100 unidades



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA

Rua Cafelândia, 135 – Fone (18) 3996-1142 – CEP: 19.430-000

CNPJ: 45.725.355/0001-86 – e-mail: [licitacao@marabapaulista.sp.gov.br](mailto:licitacao@marabapaulista.sp.gov.br)

ESTADO DE SÃO PAULO

Agulha gengival curta 0,40x22mm Ângulo de bisel 17º	25 cxs com 100 unidades
Agulha gengival extra curta 0,30x15mm	06 cxs com 100 unidades
Antisséptico bucal 1,5ml sem álcool sabor menta	04 frascos
Aplicadores descartáveis micro-brush tamanho fino	20 unidades contendo 100 microbrush
Avental De Chumbo Proteção Plumbífero Odonto	01 unidade
Babador impermeável com duas camadas sendo papel e plástico, tamanho 33 x 47 cm embalagem com 100 unidades colorido.	40 pacotes
Bateria para fotopolimerizador Emitter D- Schuster	10 unidades
Bandeja Inox Autoclavável 22x12x1,5cm	30 unidades
Broca carbide AR de baixa rotação CA nº 1	20 unidades
Broca carbide AR baixa rotação CA nº 2	20 unidades
Broca carbide AR baixa rotação CA nº 3	20 unidades
Broca carbide AR baixa rotação CA nº 4	20 unidades
Broca carbide AR baixa rotação CA nº 5	20 unidades
Broca carbide AR baixa rotação CA nº 6	20 unidades
Broca carbide cirúrgica cônica de corte cruzado Alta rotação – 25mm 702HL	25 unidades
Bobina para esterilização no tamanho 15x100	10 unidades
Bobina para esterilização no tamanho 20x100	10 unidades
Broca ¼ carbide de alta rotação	40 unidades
Broca ½ carbide de alta rotação	40 unidades
Broca cirúrgica alta rotação 700	15 unidades
Broca diamantada esférica para alta rotação nº. 1011	30 unidades
Broca diamantada esférica para alta rotação nº1012	30 unidades
Broca diamantada esférica para alta rotação nº1013	30 unidades
Broca diamantada esférica para alta rotação nº1014	30 unidades
Broca diamantada esférica para alta rotação nº1015	30 unidades
Broca diamantada esférica para alta rotação nº1016	10 unidades
Broca diamantada esférica para alta rotação nº1014 HL	18 unidades
Broca diamantada para alta rotação nº1045	30 unidades
Broca diamantada para alta rotação nº1046	30 unidades
Broca diamantada tronco cônica 2200F	30 unidades
Broca diamantada tronco cônico nº 2200FF	30 unidades
Broca diamantada tronco cônico nº 3118F	30 unidades
Broca diamantada tronco cônico nº 3118FF	30 unidades
Broca diamantada tronco cônico nº 3168FF	30 unidades
Broca diamantada tronco cônico nº 2135F	30 unidades
Broca diamantada tronco cônico nº 1112FF	30 unidades
Broca diamantada tronco cônico nº 3195F	30 unidades
Broca diamantada tronco cônico nº 1112F	30 unidades
Cariostático 12%	03 caixas
Cimento de fosfato de Zinco Pó	01 unidade

Cimento de fosfato de Zinco líquido	01 unidade
Colgadura individual embalagem com 01 unidade	04 unidades
Composição de hidróxido de cálcio radiopaca para base 13g+ pasta catalizadora 11g	08 kits
Curativo alveolar com própolis e Iodofórmio com 10g	03 frascos
Cunha anatômica de madeira	05 pacotes contendo embalagem de 100 unidades
Desinfetante hospitalar para superfície fixa e artigos não críticos a base de quaternário de amônio de 5ª geração, sem odor e cor.	10 Litros
Digliconato de clorexidina 1%	05 frascos de 1 litro
Digliconato de clorexidina 012% para bochecho	3 frasco
Envelopes autoselantes para esterilização Tamanho: 9,0mm x 26,0mm	15 unidades contendo 200 cada
Envelopes autoselantes para esterilização Tamanho: 15,0mmx30,0mm	15 unidades contendo 100 cada
Envelopes autoselantes para esterilização Tamanho: 19,0mm x 33,0mm	15 unidades contendo 200 cada
Espelho bucal nº. 05	100 unidades
Escova para polimento de resina formato taça regular de carbeto de silício tamanho	05 unidades
Escova Robson Plana para Profilaxia	50 unidades na cor branca
Escova Robson taça semi -rígida para Profilaxia AUTOCLAVAVEL	30 unidades color
Escovas dental infantil com protetor de cerdas	1000 unidades
Escovas dental adulto	1000 unidades
Escova dental massagedora para Bebê extra macia 100% silicone	150 unidades
Espátula Nº24 de aço inox MILLENNIUM para manipulação de cimentos e resinas acrílicas AUTOCLAVAVEL	06 unidades
Espátula Almore Flexível nº 3 AUTOCLAVAVEL	05 unidades
Espátula para resina Dupla Nº1 MILLENNIUM em aço inox AUTOCLAVAVEL	05 unidades
Espátula para resina Nº2 com calcador bolinha AUTOCLAVAVEL	10 unidades
Espátula para resina TT SD3 nº6 AUTOCLAVAVEL	05 unidades
Espátula para resina Nº6 indicado para dentes posteriores AUTOCLAVAVEL	03 unidades
Espátula titânio para resina Nº4 AUTOCLAVAVEL	03 unidades
Fita Banda Matriz Metálica Aço 0,05x7mm	20 unidades
Fita Banda Matriz Metálica Aço 0,05x5mm	20 unidades
Fita teflon para seladora com adesivo 20mm x 15metros	02 rolos



Fio de sutura de seda preta trançada nº 4-0 com agulha CT1 /2 1,7cm em envelope unitário caixa com 24 envelopes	10 caixas contendo 24 envelopes
Fio de sutura nylon nº 4-0 Com agulha 1/2 CT (Círculo triangular) 1,5cm em envelope unitário caixa com 24 envelopes	10 caixas contendo 24 envelopes
Fio de sutura de seda preta trançada nº 3/0 com agulha ½ CT 1,7cm em envelope unitário caixa com 24 envelopes	10 caixas contendo 24 envelopes
Fio de sutura de nylon preta trançada nº 5/0 com agulha ½ CT 1,7cm em envelope unitário caixa com 24 envelopes	5 caixas contendo 24 envelopes
Fixador para radiografias contendo Bissulfito de sódio, sulfato de alumínio e amônia de 475 ml	15 frascos
Fio Dental – Embalagem com 500 metros	05 unidades
Fio dental com textura macia e formato tipo fita em monofilamento de politetrafluoretileno com 25 metros	1000 unidades
Formocresol (material para manipulação da polpa dentária)	03 frascos
Flúor gel neutro tixotrópico	05 frascos
Fluoreto de sódio em pó sachê 1g	200 pacotes
Gel dental com flúor , elimina até 99% das bactérias	30 frascos de 100g
87.causadoras do mau hálito; Contém cristais micro-shine que deixam os dentes mais brancos, sabor Ice	
Guta percha pontas calibrada nº 15 a nº 40- 28 mm	01 embalagem com 120 unidades
Hidróxido de Cálcio P.A. em pó	04 frascos
Hidrocortisona 10mg/ml+Sulfato Neomicina 5 mg/ml+Sulfato Polimixina B 10.000UI/ml	03 frascos gotejador com 10ml
Higienizador de língua em resina termoplástica atóxica , com 2 lâminas para remoção de saburra	1000 unidades
Ionômero de vidro forrador monocomponente fotopolimerizável, radiopaco e com continua liberação de fluor	10 seringas de 2,5 g cada
Ionômero de vidro para restauração 10g pó +8 ml líquido cor A2	05 kits
Ionômero de vidro para restauração 10g pó +8 ml líquido cor A3	05 kits
Ionômero de vidro reforçado para cimentações.	06 kits
Embalagem com 01 Pó de 15g + 1 Líquido de 7 ml + Tampa Conta-Gotas + Colher de medida.	
Lâmina de bisturi aço inoxidável estéril nº 12	03 caixa contendo 100 unidades
Lâmina de bisturi aço inoxidável estéril nº 15C	03 caixa contendo 100 unidades
Lima K nº10 – 25 mm	01 caixa com 06 unidades
Líquido Hemostático 10ml	03 frascos
Mandril CA Disco Pop-On	20 unidades
Mandril para discos CA	10 unidades
Material para Desinfecção de Canal Radicular (Paramonoclorofenolcanforado)	03 frascos de 20ml

Mochos odontológicos Confort, com elevação do assento a gás através de alavanca lateral, com apoio para pés ajustável movimento vertical e horizontal e inclinação do encosto .Estofado e m espuma injetada revestido com espuma com pvc expandido sem costura	6 unidades
Óleo para lubrificação de Caneta de Alta / Baixa Rotação contendo 200 ml em spray	12 frascos
Óculos de proteção cor laranja com UV de policarbonato com proteções laterais integradas	04 unidades de cada
Obturador provosório indicado para isolamento temporário de cavidades em tratamento	02 unidades
Papel carbono 200 micras BK02 de alta precisão	10 envelopes
Pasta Profilática contendo 90 gramas	10 unidades
Placa de Vidro Polida 10mm	06 unidades
Película para Radiografia Odontológica Periapical / Interproximal Adulto caixa contendo 100 unidades com medida 3 X 4 cm	05 caixas
Película para Radiografia Odontológica Periapical / Interproximal Infantil caixa contendo 100 unidades com medida 2 X 3cm	02 caixas
Porta Matriz Tofflemire Adulto	10 unidades
Porta Matriz Tofflemire Infantil	10 unidades
Porta Matriz Ivory	20 unidades
Porta tira de lixa autoclavável usada para stripping e corte de excessos de resinas na cervical e proximais	04 kits
Posicionador Radiográfico Universal cone indicador Autoclavável.	02 kits
Pote Dappen de vidro	10 unidades
Ponta de polimento abrasiva de silicone Optimize, disponível nos formatos taça, chama e disco.	10 kits
Ponta enhance sortido (sistema de acabamento) com pontas no formato (chama de vela, taça e disco).	10 kits
Ponta para acabamento de silício	06 unidades
Ponta de papel absorventes para secagem de conduto radicular	04 unidades
Protetor de cerdas para escova dental	1000 unidades
Revelador para radiografias com Bissulfito de sódio, sufato de alumínio e amônia de 475 ml	15 frascos
Resina composta fluida fotoativada e tixotrópico na cor A2 com 2,4 mg	10 bisnagas
Resina composta fluida e fotoativada e tixoprotico na cor A3 com 2,4 mg	10 bisnaga
Resina fotopolimerizável anterior/posterior <b>na cor A1</b> Composição: Cerâmica tratada com silano, bisfenol A diglicidil éter dimetacrilato (BIS-GMA), bisfenol A polietilenoglicoldiéterdimetacrilato (BIS-EMA) ,sílica tratada com silano,diuretanodimetacrilato (UDMA), e dimetacrilato de trietilenoglicol (TEG-DMA). 4g. Resina microhibrida com nanopartículas.	04 unidades
Resina fotopolimerizável anterior / posterior <b>na cor A1B</b> Composição: Cerâmica silanizada tratada, bisfenol A diglicidil éter dimetacrilato (BIS-GMA), bisfenol A polietilenoglicoldiéterdimetacrilato (BISEMA-6)	04 unidades

,sílica tratada Zircônia silano-tratada ,diuretanodimetacrilato (UDMA), Polietileno glicol dimetacrilato (PEGDMA) e pigmentos. 4g. Resina nanoparticulada.	
Resina Fotopolimerizável anterior / posterior <b>na cor A2</b> Composição: Cerâmica tratada com silano, bisfenol A diglicidil éter dimetacrilato (BIS-GMA), bisfenol A polietilenoglicoldiéterdimetacrilato (BIS-EMA) ,sílica tratada com silano,diuretanodimetacrilato (UDMA), e dimetacrilato de trietilenoglicol (TEG-DMA). 4g Resina microhíbrida com nanopartículas.	05 unidades
Resina Fotopolimerizável anterior / posterior <b>na cor A2B</b> Composição: Cerâmica silanizada tratada, bisfenol A diglicidil éter dimetacrilato (BIS-GMA), bisfenol A polietilenoglicoldiéterdimetacrilato (BIS-EMA-6) ,sílica tratada Zircônia silano-tratada ,diuretanodimetacrilato (UDMA), Polietileno glicol dimetacrilato (PEGDMA) e pigmentos. 4g Resina nanoparticulada	04 unidades
Resina Fotopolimerizável <b>na cor A2E</b> Composição: Indicada para restaurações diretas em dentes anteriores e posteriores, radiopaca, todas as partículas com tamanho inferior a 100 nanômetros. 4g	03 unidades
Resina fotopolimerizávelmicrohíbrida para dentes posteriores <b>cor A3</b> Composição: BisGMA, TEGMA, Bisfenol A polietileno glicol diéterdimetacrilato, UDMA, cerâmica silanizada tratada e sílica tratada de silano. Resina microhíbrida com nanopartículas , radiopaca. 4g	06 unidades
Resina Fotopolimerizável anterior / posterior <b>na cor A3B</b> Composição: Cerâmica silanizada tratada, bisfenol A diglicidil éter dimetacrilato (BIS-GMA), bisfenol A polietilenoglicoldiéterdimetacrilato (BIS-EMA-6) ,sílica tratada Zircônia silano-tratada ,diuretanodimetacrilato (UDMA), Polietileno glicol dimetacrilato (PEGDMA) e pigmentos. 4g Resina nanoparticulada	06 unidades
Resina Fotopolimerizável anterior / posterior <b>na cor A</b> <b>3.5</b> Composição: (BIS-GMA), bisfenol A polietilenoglicoldiéterdimetacrilato UDMA, Cerâmica silanizada tratada e sílica tratada de silano. Resina microhíbrida com nanopartículas, radiopaca. 4g	03 unidades
Resina Fotopolimerizável anterior / posterior <b>na cor A3.5B</b> Composição: Cerâmica silanizada tratada, bisfenol A diglicidil éter dimetacrilato (BIS-GMA), bisfenol A polietilenoglicoldiéterdimetacrilato (BIS-EMA-6) ,sílica tratada Zircônia silano-tratada ,diuretanodimetacrilato (UDMA), Polietileno glicol dimetacrilato (PEGDMA) e pigmentos. 4g Resina nanoparticulada	
Resina P60 fotopolimerizável. Indicado para restaurar dentes posteriores, menor incidência de sensibilidade pós operatória e menor infiltração margina, devido à menor contração de polimerização, radiopaca ,4g na cor A3	04 unidades
Sabonete líquido para lavagem das mãos	06 frascos
Selante com flúor fotopolimerizável para fôssulas e fissuras, cor matizado. Composto por monômero NCO; Nupol Bis GMA; TEGDMA, Penta; N-metil Dietolamina, BHT; Metacrilato de 2N MEM;	05 kits com 5 selantes 2g cada
Resina Fotopolimerizável anterior / posterior <b>na cor A2B</b> Composição: Cerâmica silanizada tratada, bisfenol A diglicidil éter dimetacrilato (BIS-GMA), bisfenol A polietilenoglicoldiéterdimetacrilato (BIS-EMA-6) ,sílica tratada Zircônia silano-tratada ,diuretanodimetacrilato (UDMA), Polietileno glicol dimetacrilato (PEGDMA) e pigmentos. 4g Resina nanoparticulada	04 unidades

Resina Fotopolimerizável <b>na cor A2E</b> Composição: Indicada para restaurações diretas em dentes anteriores e posteriores, radiopaca, todas as partículas com tamanho inferior a 100 nanômetros. 4g	03 unidades
Resina fotopolimerizável microhíbrida para dentes posteriores <b>cor A3</b> Composição: BisGMA, TEGMA, Bisfenol A polietileno glicol diéterdimetacrilato, UDMA, cerâmica silanizada tratada e sílica tratada de silano. Resina microhíbrida com nanopartículas, radiopaca. 4g	06 unidades
Resina Fotopolimerizável anterior / posterior <b>na cor A3B</b> Composição: Cerâmica silanizada tratada, bisfenol A diglicidil éter dimetacrilato (BIS-GMA), bisfenol A polietilenoglicoldiéterdimetacrilato (BIS-EMA-6), sílica tratada Zircônia silano-tratada, diuretanodimetacrilato (UDMA), Polietileno glicol dimetacrilato (PEGDMA) e pigmentos. 4g Resina nanoparticulada	06 unidades
Resina Fotopolimerizável anterior / posterior <b>na cor A</b> <b>3.5</b> Composição: (BIS-GMA), bisfenol A polietilenoglicoldiéterdimetacrilato UDMA, Cerâmica silanizada tratada e sílica tratada de silano. Resina microhíbrida com nanopartículas, radiopaca. 4g	03 unidades
Resina Fotopolimerizável anterior / posterior <b>na cor A3.5B</b> Composição: Cerâmica silanizada tratada, bisfenol A diglicidil éter dimetacrilato (BIS-GMA), bisfenol A polietilenoglicoldiéterdimetacrilato (BIS-EMA-6), sílica tratada Zircônia silano-tratada, diuretanodimetacrilato (UDMA), Polietileno glicol dimetacrilato (PEGDMA) e pigmentos. 4g Resina nanoparticulada	
Resina P60 fotopolimerizável. Indicado para restaurar dentes posteriores, menor incidência de sensibilidade pós operatória e menor infiltração marginal, devido à menor contração de polimerização, radiopaca, 4g na cor A3	04 unidades
Sabonete líquido para lavagem das mãos	06 frascos
Selante com flúor fotopolimerizável para fôssulas e fissuras, cor matizado. Composto por monômero NCO; Nupol Bis GMA; TEGDMA, Penta; N-metil Dietolamina, BHT; Metacrilato de 2N MEM;	05 kits com 5 selantes 2g cada
Resina Fotopolimerizável anterior / posterior <b>na cor A2B</b> Composição: Cerâmica silanizada tratada, bisfenol A diglicidil éter dimetacrilato (BIS-GMA), bisfenol A polietilenoglicoldiéterdimetacrilato (BIS-EMA-6), sílica tratada Zircônia silano-tratada, diuretanodimetacrilato (UDMA), Polietileno glicol dimetacrilato (PEGDMA) e pigmentos. 4g Resina nanoparticulada	04 unidades
Resina Fotopolimerizável <b>na cor A2E</b> Composição: Indicada para restaurações diretas em dentes anteriores e posteriores, radiopaca, todas as partículas com tamanho inferior a 100 nanômetros. 4g	03 unidades
Resina fotopolimerizável microhíbrida para dentes posteriores <b>cor A3</b> Composição: BisGMA, TEGMA, Bisfenol A polietileno glicol diéterdimetacrilato, UDMA, cerâmica silanizada tratada e sílica tratada de silano. Resina microhíbrida com nanopartículas, radiopaca. 4g	06 unidades
Resina Fotopolimerizável anterior / posterior <b>na cor A3B</b> Composição: Cerâmica silanizada tratada, bisfenol A diglicidil éter dimetacrilato (BIS-GMA), bisfenol A polietilenoglicoldiéterdimetacrilato (BIS-EMA-6), sílica tratada Zircônia silano-tratada, diuretanodimetacrilato (UDMA), Polietileno glicol dimetacrilato (PEGDMA) e pigmentos. 4g Resina nanoparticulada	06 unidades



Resina Fotopolimerizável anterior / posterior <b>na cor A</b>	03 unidades
<b>3.5</b> Composição: (BIS-GMA), bisfenol A polietilenoglicoldiéterdimetacrilato UDMA, Cerâmica silanizada tratada e sílica tratada de silano. Resina microhíbrida com nanopartículas, radiopaca. 4g	
Resina Fotopolimerizável anterior / posterior <b>na cor A3.5B</b> Composição: Cerâmica silanizada tratada, bisfenol A diglicidil éter dimetacrilato (BIS-GMA), bisfenol A polietilenoglicoldiéterdimetacrilato (BISEMA-6), sílica tratada Zircônia silano-tratada, diuretanodimetacrilato (UDMA), Polietileno glicol dimetacrilato (PEGDMA) e pigmentos. 4g Resina nanoparticulada	
Resina P60 fotopolimerizável. Indicado para restaurar dentes posteriores, menor incidência de sensibilidade pós operatória e menor infiltração margina, devido à menor contração de polimerização, radiopaca, 4g na cor A3	04 unidades
Sabonete líquido para lavagem das mãos	06 frascos
Selante com flúor fotopolimerizável para fôssulas e fissuras, cor matizado. Composto por monômero NCO; Nupol Bis GMA; TEGDMA, Penta; N-metil Dietolamina, BHT; Metacrilato de 2N MEM; Canforoquinona; cervit T 1000; Bário Silanizado; Fluoreto de sódio; Cabosil TS 720 e titanox 325	05 kits com 5 selantes 2g cada
Sistema de acabamento e polimento em discos com quatro granulações: grosso, médio, fino e superfino.	06 pacotes contendo 30 unidades cada
Sugador cirúrgico descartável estéril	10 caixas contendo 40 unidades cada
Sugador odontológico descartável atóxico	100 pacotes
Tira de Lixa de aço metálica 4 mm	15 pacotes
Tira de Lixa de poliéster para acabamento (grossa e média)	
Embalagem com 50 unidades de 4mm x 170mm	15 embalagens
Tira de Poliéster transparente para resina	
Embalagem com 50 tiras Dimensões: 10 mm x 120 mm x 0,5m	10 embalagens
Kit acadêmico odontológico 1 alta rotação alta mais baixa rotação contendo 1 caneta de alta rotação CP 636- levíssima nova ergonomia pushbutton refrigeração tripla 1 kit baixa rotação, 1 contra ângulo 1:1 saca broca 1 Micro motor 1 peça reta	3 kit
Verniz de flúor contendo 5% de fluoreto de sódio (equivalente a 2,26% de flúor) em uma base adesiva de resinas naturais. Embalagem 10ml+ solvente com 10ml.	03 caixas
Sistema de acabamento e polimento em discos com quatro granulações: grosso, médio, fino e superfino.	06 pacotes contendo 30 unidades cada
Sugador cirúrgico descartável estéril	10 caixas contendo 40 unidades cada
Sugador odontológico descartável atóxico	100 pacotes
Tira de Lixa de aço metálica 4 mm	15 pacotes
Tira de Lixa de poliéster para acabamento (grossa e média)	
Embalagem com 50 unidades de 4mm x 170mm	15 embalagens
Tira de Poliéster transparente para resina	
Embalagem com 50 tiras Dimensões: 10 mm x 120 mm x 0,5m	10 embalagens
Kit acadêmico odontológico 1 alta rotação	3 kit

alta mais baixa rotação contendo 1 caneta de alta rotação CP 636- levíssima nova ergonomia pushbutton refrigeração tripla 1 kit baixa rotação, 1 contra ângulo 1:1 saca broca 1 Micro motor 1 peça reta	
Verniz de flúor contendo 5% de fluoreto de sódio (equivalente a 2,26% de flúor) em uma base adesiva de resinas naturais. Embalagem 10ml+ solvente com 10ml.	03 caixas

### III – Justificativa

#### 3.1 Introdução

A contratação para a aquisição de materiais de odontologia é uma medida essencial para resolver diversos problemas críticos que impactam diretamente a qualidade e a continuidade dos serviços de saúde prestados pela Secretaria Municipal de Saúde de Marabá, São Paulo. A seguir, descrevemos detalhadamente os problemas enfrentados e a importância da aquisição desses materiais.

#### 3.2. Interrupções no Atendimento

Atualmente, a falta de materiais de odontologia em quantidade e qualidade adequadas tem causado frequentes interrupções nos atendimentos nas unidades de saúde. A escassez de insumos básicos como luvas descartáveis, seringas e gases estéreis impede a realização de procedimentos rotineiros e emergenciais, prejudicando o atendimento à população.

#### 3.3. Risco à Segurança do Paciente e Profissionais de Saúde

A ausência de materiais de proteção individual e de esterilização adequados expõe tanto os pacientes quanto os profissionais de saúde a riscos elevados de infecções e contaminações. A falta de equipamentos de proteção, como máscaras cirúrgicas e aventais descartáveis, aumenta a vulnerabilidade a agentes patogênicos, comprometendo a segurança e a saúde de todos os envolvidos.

#### 3.4. Aumento da Demanda e Insuficiência de Recursos

Com o crescimento populacional e a expansão dos serviços de saúde, a demanda por materiais de odontologia aumentou significativamente. No entanto, o fornecimento atual não tem sido suficiente para atender a essa demanda crescente, resultando em desabastecimento e dificuldades operacionais nas unidades de saúde.

#### 3.5. Conformidade com Normas Técnicas e Regulamentações

A não conformidade com as especificações técnicas e regulamentações vigentes devido à utilização de materiais inadequados ou de qualidade inferior pode resultar em penalidades para o município e comprometer a eficiência dos serviços de saúde. A aquisição de materiais conforme os padrões exigidos é crucial para garantir a legalidade e a eficiência do atendimento.

#### 3.6. Dificuldades na Gestão de Estoque

A gestão inadequada do estoque de materiais de odontológicos, devido à falta de planejamento e previsibilidade na aquisição, tem causado desperdícios e desabastecimento intermitente. Uma contratação planejada e estruturada é necessária para otimizar a gestão de estoque, evitando perdas e garantindo a disponibilidade contínua de materiais.

#### 3.7. Impacto da Aquisição dos Materiais

A contratação para a aquisição dos materiais de odontológicos buscará resolver os problemas acima mencionados, proporcionando os seguintes benefícios:

- Continuidade e Qualidade no Atendimento: Garantia de materiais suficientes para a realização de todos os procedimentos, eliminando interrupções no atendimento.
- Segurança para Pacientes e Profissionais: Redução dos riscos de infecções e contaminações através do uso de materiais de proteção e esterilização adequados.
- Atendimento à Demanda Crescente: Adequação do fornecimento de materiais à demanda atual e futura, garantindo a eficiência dos serviços de saúde.
- Conformidade Legal e Técnica: Aquisição de materiais que atendam às normas técnicas e regulamentações vigentes, evitando penalidades e assegurando a qualidade do atendimento.
- Melhoria na Gestão de Estoque: Planejamento eficiente na aquisição e gestão de estoque, evitando desperdícios e garantindo a disponibilidade contínua de materiais.

#### 3.8. Conclusão



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA

Rua Cafelândia, 135 – Fone (18) 3996-1142 – CEP: 19.430-000

CNPJ: 45.725.355/0001-86 – e-mail: [licitacao@marabapaulista.sp.gov.br](mailto:licitacao@marabapaulista.sp.gov.br)

ESTADO DE SÃO PAULO

A contratação para a aquisição de materiais de odontológicos é uma necessidade urgente e estratégica para a Secretaria Municipal de Saúde de Marabá, São Paulo. Essa medida busca resolver problemas críticos que impactam diretamente a qualidade dos serviços de saúde, garantindo a segurança dos pacientes e profissionais, a continuidade do atendimento, e a conformidade com as normas técnicas e regulamentações vigentes. A aquisição planejada e eficiente desses materiais é fundamental para assegurar a excelência dos serviços de saúde prestados à população.

## **IV - Dos Prazos, das Condições e do Local de Entrega do Objeto da Licitação**

- 4.1.** A entrega dos produtos será efetuada mediante a expedição da Ordem de Fornecimento pelo Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde.
- 4.2.** Os produtos devem ser entregues no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, e a entrega será fracionada em no máximo 20 vezes.
- 4.3.** Os produtos devem ser entregues na Farmácia Central, localizada na Rua José Teodoro, nº 88, na cidade de Marabá Paulista-SP, no horário das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:30 horas, de segunda a sexta-feira.
- 4.4.** Todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da entrega e da aquisição dos produtos serão de responsabilidade da contratada.
- 4.5.** O transporte utilizado para a entrega dos produtos deve obedecer aos critérios adequados para não afetar a identidade, qualidade e integridade dos mesmos, conforme a Legislação Sanitária vigente.
- 4.6.** O almoxarifado deixará de receber os produtos caso apresentem irregularidades, especificações incorretas ou contrariem os padrões determinados pela legislação vigente.

## **V - Das Condições de Recebimento do Objeto**

- 5.1.** O objeto das contratações será recebido provisoriamente pela Comissão de Recebimento, no local e endereço indicados no item IV.3 deste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura.
- 5.2.** Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) emitido pela Secretaria de Segurança Pública, do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.

### **5.3. No ato do recebimento, as seguintes condições serão verificadas e utilizadas para avaliar o fornecedor:**

- Atraso na entrega de acordo com o prazo estabelecido.
- Integridade da embalagem.
- Quantidade entregue conforme especificado.
- Descrição do lote na nota fiscal.
- Certificado de análise dos lotes.
- Condições de transporte e entrega adequadas.
- Conformidade com as especificações do edital.
- Prazo de validade conforme especificações.

### **5.4. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá tomar as medidas necessárias para garantir a conformidade com o contrato e as especificações estabelecidas.**

## **VI - Das Obrigações da Contratada**

- 6.1.** A Contratada deverá fornecer os produtos conforme as especificações e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.
- 6.2.** A Contratada será responsável por todas as despesas relacionadas à entrega e à aquisição dos produtos.
- 6.3.** A Contratada deverá garantir a qualidade e integridade dos produtos durante o transporte e a entrega.
- 6.4.** A Contratada deverá cumprir todas as normas e regulamentações aplicáveis à comercialização e entrega dos produtos.

## **VII - Da Penalidade**

Em caso de descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, a Contratada estará sujeita às penalidades previstas na legislação vigente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## **VIII - Da Vigência**

Este Termo de Referência terá vigência a partir da data de sua publicação e permanecerá válido até o cumprimento integral do contrato.

## **4. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 4.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.
- 4.2.** A contratação será atendida pela seguinte dotação:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA

Rua Cafelândia, 135 – Fone (18) 3996-1142 – CEP: 19.430-000

CNPJ: 45.725.355/0001-86 – e-mail: [licitacao@marabapaulista.sp.gov.br](mailto:licitacao@marabapaulista.sp.gov.br)

ESTADO DE SÃO PAULO

---

Gestão/Unidade: Secretaria de Saúde

Fonte de Recursos: 020701 ;

Programa de Trabalho:10 301 0008 2111 0000 Farmácia Municipal;

Elemento de Despesa:3.3.90.30 Material de Consumo;

4.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

5. Lei nº 14.133/2021 Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso para administração pública.

Marabá Paulista/SP, 13 de Novembro de 2024.

**APARECIDO NASCIMENTO SOBRAL**  
**PREFEITO MUNICIPA**





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA

Rua Cafelândia, 135 – Fone (18) 3996-1142 – CEP: 19.430-000

CNPJ: 45.725.355/0001-86 – e-mail: [licitacao@marabapaulista.sp.gov.br](mailto:licitacao@marabapaulista.sp.gov.br)

ESTADO DE SÃO PAULO

## **ANEXO II**

### **MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2024 PROPOSTA COMERCIAL**

Razão Social xxx

CNPJ: xxx

I.E. (se houver): xxx

Endereço xxx

Bairro: \_xxx Cidade: xxx\_UF: \_xx

Telefone: xxx E-mail xxx

Conta Bancária: Banco xxx Ag: xxx Conta Corrente: xxx

Responsável pela empresa xxx

CPF xxx

Cargo do responsável xxx

À Prefeitura Municipal de xxx, apresentamos nossa proposta comercial referente ao Pregão Eletrônico Nº xx/2024, conforme planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01				

**VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ xxx (xxx)**

Ao apresentarmos a presente proposta, manifestamos no sentido de concordar com os termos do Edital e seus anexos, nos comprometendo a cumprir fielmente suas cláusulas.

A presente proposta possui validade de 60 (sessenta) dias a partir da data da Sessão Pública do Pregão.

**xxx, xx de xx de 2024.**

xxx

Assinatura do representante legal

Cargo/função do representante legal:



## **ANEXO III**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

#### **Ao pregoeiro e equipe de apoio**

Prefeitura Municipal de xxx, Estado de xxx

#### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2024**

Pelo presente instrumento, a empresa xxx, CNPJ nº xxx, com sede na xxx, através de seu representante legal infra-assinado, que:

1.1. Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133/21, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

1.2. Declaramos, sob as penas da lei, que a empre.sa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

1.3. Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seu(s) ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.

1.4. Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a).xxx, Portador(a) do RG sob nº xxx e CPF nº xxx, cuja ..... função/cargo é (sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.

1.5. Declaramos para os devidos fins que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Secretários Municipais, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o terceiro grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social, nenhum Servidor do Município.

1.6. Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

1.7. Declaro que cumpro as exigências de reserva de vagas para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

1.8. Declaramos que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

1.9. Declaramos que a empresa atende aos requisitos de habilitação e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

1.10. Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA

Rua Cafelândia, 135 – Fone (18) 3996-1142 – CEP: 19.430-000

CNPJ: 45.725.355/0001-86 – e-mail: [licitacao@marabapaulista.sp.gov.br](mailto:licitacao@marabapaulista.sp.gov.br)

ESTADO DE SÃO PAULO

---

e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ( )

1.11. Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

Nomeamos e constituímos o senhor(a) xxx, portador(a) do CPF/MF sob o n.º.xxx, para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços/contrato, referente ao **Pregão Eletrônico Nº xx/2024** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

Xxx, xx de xx de 2024.

xxx

Assinatura do Responsável pela Empresa  
(Nome Legível/Cargo)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA

Rua Cafelândia, 135 – Fone (18) 3996-1142 – CEP: 19.430-000

CNPJ: 45.725.355/0001-86 – e-mail: [licitacao@marabapaulista.sp.gov.br](mailto:licitacao@marabapaulista.sp.gov.br)

ESTADO DE SÃO PAULO

## ANEXO IV

### MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**MUNICÍPIO DE xxx**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xxx**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2024**

Registro de preço para futura REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, **CONFORME LEGISLAÇÕES VIGENTES**, de acordo com as especificações e quantidades estimadas constantes do **Anexo I**.

No dia xx de xx de 2024, de uma lado o **MUNICÍPIO DE xxx, ESTADO DE xxx**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ Sob n.º xxx, com sede à rua xxx, n.º xx - xx, nesta cidade de xxx, neste ato representado pela Sra. Secretária Municipal de xxx, Sra. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portadora do CPF n.º xxx.xxx.xxx-xx e RG n.º x.xxx.xxx, no final assinada e no uso de suas atribuições conforme Decreto nº XXX/2022, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, estabelecida na Rua XXXXXXXXXXXXXXX, nº XXXX, Bairro XXXXXXXXXXXX, cidade de XXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada por seu Administrador Sr. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador do CPF nº XXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, pactuam o presente contrato.

O presente contrato, o qual se rege pelo fundamento legal preconizado pela Lei Federal nº 14.133/21, vinculando as partes na mencionada lei e todas as cláusulas deste instrumento contratual, têm entre si como justo e contratado as seguintes cláusulas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a

XX  
XX

#### CLÁUSULA SEGUNDA





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA

Rua Cafelândia, 135 – Fone (18) 3996-1142 – CEP: 19.430-000

CNPJ: 45.725.355/0001-86 – e-mail: [licitacao@marabapaulista.sp.gov.br](mailto:licitacao@marabapaulista.sp.gov.br)

ESTADO DE SÃO PAULO

## **(DA VIGENCIA DA ATA )**

O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços é de 12 meses contados a partir de XXXX deXXXXXXde 2024 a XXX de XXXXXX de 2025, podendo ser prorrogado por igual período nos termos da lei 14.133/21

## **CLÁUSULA TERCEIRA (VALOR E PAGAMENTO)**

1 - O valor da ata é de R\$  
XX.

2- O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a devida conclusão final, medições e/ou comprovações, mediante apresentação de nota fiscal emitida pela Contratada, acompanhada dos respectivos comprovantes de entrega/execução.

## **CLÁUSULA QUARTA (DA CONDIÇÕES DE ENTREGA)**

1. - A entrega dos produtos será efetuada mediante a expedição da Ordem de Fornecimento pelo Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde.
2. Os produtos devem ser entregues no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, e a entrega será fracionada em no máximo 20 vezes.
3. Os produtos devem ser entregues na Farmácia Central, localizada na Rua José Teodoro, nº 88, na cidade de Marabá Paulista-SP, no horário das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:30 horas, de segunda a sexta-feira.
4. Todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da entrega e da aquisição dos produtos serão de responsabilidade da contratada.
5. O transporte utilizado para a entrega dos produtos deve obedecer aos critérios adequados para não afetar a identidade, qualidade e integridade dos mesmos, conforme a Legislação Sanitária vigente.
6. O almoxarifado deixará de receber os produtos caso apresentem irregularidades, especificações incorretas ou contrariem os padrões determinados pela legislação vigente.
7. O objeto das contratações será recebido provisoriamente pela Comissão de Recebimento, no local e endereço indicados no item IV.3 deste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura.
8. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) emitido pela Secretaria de Segurança Pública, do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.
9. No ato do recebimento, as seguintes condições serão verificadas e utilizadas para avaliar o fornecedor:
  - Atraso na entrega de acordo com o prazo estabelecido.
  - Integridade da embalagem.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA**

Rua Cafelândia, 135 – Fone (18) 3996-1142 – CEP: 19.430-000

CNPJ: 45.725.355/0001-86 – e-mail: [licitacao@marabapaulista.sp.gov.br](mailto:licitacao@marabapaulista.sp.gov.br)

ESTADO DE SÃO PAULO

- Quantidade entregue conforme especificado.
- Descrição do lote na nota fiscal.
- Certificado de análise dos lotes.
- Condições de transporte e entrega adequadas.
- Conformidade com as especificações do edital.
- Prazo de validade conforme especificações.

10. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá tomar as medidas necessárias para garantir a conformidade com o contrato e as especificações estabelecidas.

## **CLÁUSULA QUINTA (DO REGIME DE EXECUÇÃO)**

O Objeto deste contrato será executado em regime de Empreitada por preço UNITARIO.

## **CLÁUSULA SEXTA (DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO)**

1 – Serão fiscais da presente ata XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

## **CLÁUSULA SETIMA PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

1 – A Prefeitura convocará o adjudicatário da licitação para assinar o Termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, sob pena de decair o seu direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 6 deste ato convocatório.

2 – O contrato será formalizado, com observância dos artigos 89 a 95 da Lei 14.133/21, e será subscrito pela autoridade competente.

## **CLÁUSULA DE OITAVA (DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO – AUMENTO E SUPRESSÃO)**

1- Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos, resguardadas as hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro, conforme Decreto Municipal nº 003, 22 de Janeiro de 2024 e o reajuste no caso de prorrogação do Registro de Preços, após 12 meses, mediante requerimento, conforme o menor índice entre IGPM e IPCA-E – IBGE ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

## **CLÁUSULA NONA (DA EXTINÇÃO ATA)**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA

Rua Cafelândia, 135 – Fone (18) 3996-1142 – CEP: 19.430-000

CNPJ: 45.725.355/0001-86 – e-mail: [licitacao@marabapaulista.sp.gov.br](mailto:licitacao@marabapaulista.sp.gov.br)

ESTADO DE SÃO PAULO

- 
- 1- Mesmo comprovada à ocorrência de fato superveniente e/ou as hipóteses previstas, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

## **CLÁUSULA DÉCIMA (DAS PENALIDADES)**

- 1- Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que:

- 1.1 - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 1.2 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 1.3 - dar causa à inexecução total do contrato;
- 1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 1.12 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

2 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

3 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções: advertência; multa; impedimento de licitar e contratar; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

4 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- 4.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 4.2 - as peculiaridades do caso concreto;
- 4.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 4.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 4.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

5 - A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA**

Rua Cafelândia, 135 – Fone (18) 3996-1142 – CEP: 19.430-000

CNPJ: 45.725.355/0001-86 – e-mail: [licitacao@marabapaulista.sp.gov.br](mailto:licitacao@marabapaulista.sp.gov.br)

ESTADO DE SÃO PAULO

6 - A sanção prevista da multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9 - As sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

10 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11 - A aplicação das sanções advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

### **(DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATORIO)**

1 Vinculam-se às exigências desta Ata de Registro de Preços todas as Cláusulas e condições previstas no termo de referencia do Pregão eletrônico nº 010/2024- Processo nº XXXX/2024, bem como proposta vencedora. Fica eleito o foro da cidade de MARABÁ PAULISTA, para dirimir as dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

XXXde XXXXX de 2024.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA**

CNPJ N.º 45.725.355/0001-86

APARECIDO NASCIMENTO SOBRAL

PREFEITO MUNICIPAL

contratante







# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA

Rua Cafelândia, 135 – Fone (18) 3996-1142 – CEP: 19.430-000

CNPJ: 45.725.355/0001-86 – e-mail: [licitacao@marabapaulista.sp.gov.br](mailto:licitacao@marabapaulista.sp.gov.br)

ESTADO DE SÃO PAULO

---

**Endereço residencial completo: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**E-mail institucional : gabinete@marabapaulista.sp.gov.br**

**E-mail pessoal: XXXXXXXXX**

**Telefone(s)(18)XXXXXXXXX ; (18)3996-1142**

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Responsáveis que assinaram o ajuste:**

**GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

**Nome: APARECIDO NASCIMENTO SOBRAL**

**Cargo: PREFEITO MUNICIPAL**

**CPF: XXXXXXXXXXXX RGXXXXXXXXXXXXXX**

**Data de Nascimento: 27/07/1969**

**Endereço residencial completo: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**E-mail institucional : gabinete@marabapaulista.sp.gov.br**

**E-mail pessoal: XXXXXXXXX**

**Telefone(s)(18)XXXXXXXXX ; (18)3996-1142**

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Pela CONTRATADA:**

**Nome: XXXXXXXXXXXXXXXXX**

**Cargo: XXXXXXXXXXXXXXXX**

**CPF: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXRGXXXXXXXXXX**

**Endereço residencial completo: xxxxxxxxxxxxxx**

**E-mail pessoal:xxxxxxxxx**

**Telefone(s):XXXXXXX**

**Assinatura:** \_\_\_\_\_



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA

Rua Cafelândia, 135 – Fone (18) 3996-1142 – CEP: 19.430-000

CNPJ: 45.725.355/0001-86 – e-mail: [licitacao@marabapaulista.sp.gov.br](mailto:licitacao@marabapaulista.sp.gov.br)

ESTADO DE SÃO PAULO

## **ANEXO V**

### **ANEXO V - DECLARAÇÃO TRATAMENTO DIFERENCIADO LEI 123/2006.**

#### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2024**

A empresa xxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxx, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.)xxx, portador(a) da Carteira de Identidade nº xxx, do CPF nº xxx, DECLARA, para fins do disposto no edital supracitado, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme art. 1º do Decreto nº 8.538/2015.

Declara também que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Afirma ainda que quer participar da referida licitação com tratamento diferenciado, conforme previsto na Lei Complementar 123/2006 e que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

XXXXXXXXXX,xx de xx de 2024.

**XXXXX**

**Assinatura do Responsável pela Empresa**

**(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ PAULISTA

Rua Cafelândia, 135 – Fone (18) 3996-1142 – CEP: 19.430-000

CNPJ: 45.725.355/0001-86 – e-mail: [licitacao@marabapaulista.sp.gov.br](mailto:licitacao@marabapaulista.sp.gov.br)

ESTADO DE SÃO PAULO

---

## **Anexo VI**

## **-DAS QUANTIDADES E VALORES**